

ILAN PAPPE

# HISTÓRIA DA PALESTINA MODERNA

UMA TERRA, DOIS POVOS

TRADUÇÃO DE ANA SALDANHA

*Ana Saldanha*

CAMINHO NOSSO MUNDO

### Nota da edição portuguesa

A grafia seguida nesta edição para nomes e topónimos é a do autor. Exceptuam-se raros casos em que a grafia portuguesa está estabelecida ou em que existe grafia de tal modo generalizada que o emprego de outra poderia causar confusão ou induzir em erro os leitores.

*Para Ido e Yonatan, os meus dois queridos filhos.  
Que possam viver numa Palestina não só moderna mas também em paz*

#### HISTÓRIA DA PALESTINA MODERNA

UMA TERRA, DOIS POVOS

Autor: Ilan Pappé

Design gráfico: José Serrão

Fotografia da capa: © M. Asser

Título original: *A History of Modern Palestine — One Land, Two Peoples*  
Publicado por acordo com The Press Syndicate of the University of Cambridge

Edição original publicada em 2004

Tradução: Ana Saldanha

© Ilan Pappé 2004

Direitos de tradução para Portugal reservados  
por Editorial Caminho, SA, Lisboa — 2007

Tiragem: 2000 exemplares

Impressão e acabamento: Tipografia Lousanense, L.<sup>da</sup>

Data de impressão: Abril de 2007

Depósito legal n.º 257 504/07

ISBN 978-972-21-1877-4

[www.editorial-caminho.pt](http://www.editorial-caminho.pt)

Livro impresso em papel *offset standard*  
da Soporcel, amigo do ambiente

---

Uma nova perspectiva  
da Palestina moderna e de Israel

Da minha sala de aulas na Universidade de Haifa, no cimo dos montes Carmelo, raramente se tem uma vista desimpedida da cidade lá em baixo. Raramente, quando o nevoeiro e a poluição estão milagrosamente ausentes, vejo os bairros judeus e palestinianos de Haifa. A cidade estende-se da costa até aos montes Carmelo. Os palestinianos vivem em baixo, nas zonas adjacentes ao porto, mas nos últimos anos têm vindo a mudar-se para as encostas dos montes, para partes da cidade onde viviam antes de 1948. Em Haifa, a qualidade de vida melhora à medida que se vão subindo as encostas; a pobreza diminui com a altitude.

O bem-estar socioeconómico está intimamente relacionado com as filiações nacionais e étnicas e com a topografia. Isso resulta numa pirâmide que representa a estratificação da sociedade israelita e, o que é mais importante, a história da terra. Dada esta organização geográfica, não é surpreendente que a universidade se situe no cimo da montanha, assinalada por uma torre de trinta andares com vistas para os palestinianos, judeus mizrahi e as classes socioeconómicas menos abastadas da cidade. Como todas as outras instituições nacionais em Israel, a comunidade da Universidade de Haifa é predominantemente judaica, europeia e da classe média.

Contudo, a Universidade de Haifa tem uma parcela substancial de palestinianos, 20% para ser exacto; mais do que a sua parcela na população em geral. A minha turma é constituída tanto por estudantes palestinianos como judeus; e a cadeira trata da história desta terra. Neste meu país com uma carga política tão importante, ambos os grupos encaram a História como mais um prisma através do qual se pode ver a realidade presente mais do que a passada. Peço muitas vezes aos meus alunos, naqueles dias inesperadamente claros, que associem a vista da janela com a História. Os estudantes palestinianos descrevem uma cidade que foi em tempos uma cidade palestiniana próspera mas que os

judeus esvaziaram e destruíram em 1948; os estudantes judeus vêem uma cidade próspera construída onde outrora reinaram o vazio e a destruição. Em todo o resto do país existem as mesmas duas visões em conflito. Representam narrativas históricas, poderosas versões da história aceites como verdades, quer sejam contadas por educadoras de infância a crianças em infantários quer por professores catedráticos a estudantes de História. A espessura das narrativas varia, mas não a sua sequência nem os seus heróis e vilões.

Uma história concisa de Israel e da Palestina deve tomar em consideração estas narrativas, mas não pode aceitá-las como «verdade histórica», quanto mais não seja porque cada uma delas é a imagem especular da outra. Se uma versão é a verdade histórica, então a outra tem de ser uma mentira. Se ambas são correctas, então não existe verdade histórica, apenas versões ficcionais do passado. É necessária uma outra coisa: uma narrativa alternativa que reconheça similaridades, critique falsificações óbvias e expanda a história da região às áreas não abrangidas pelas duas narrativas nacionais.

Fazer a ponte entre narrativas em conflito já é, por si só, uma tarefa bastante difícil, mas este livro constitui também uma tentativa de narrar um capítulo da História «moderna». (A propósito, as duas narrativas aceitam mais ou menos a mesma definição do que é «moderno».) Abordar criticamente o conceito de modernidade é, pois, uma das vias possíveis de desconstrução de ambas as narrativas sem discriminar qualquer uma delas. Por consequência, há dois obstáculos a ultrapassar antes de partirmos para esta nossa viagem ao passado. O primeiro consiste em enfrentarmos, ou até combatermos, duas versões muito distintas da História do país, profundamente enraizadas na mente da maior parte das pessoas. Estas duas versões são as duas historiografias nacionais opostas de Israel e da Palestina, que, evidentemente, seriam melhor contadas em dois livros distintos. Aqui aparecem num só, onde por vezes são rejeitadas pelas suas pretensões e criticadas pela sua etnocentricidade e elitismo e noutras ocasiões são respeitadas pelos seus capítulos épicos e simultaneamente ridicularizadas pelo seu carácter absurdo.

O segundo obstáculo consiste em pôr em questão o principal paradigma da História que os historiógrafos nacionais aceitam. Este paradigma baseia-se na teoria da modernização, que produz uma história com um início claro, um presente distinto e um futuro razoavelmente previsível. Os que aderem à modernização, quer advoguem o ponto de vista palestino quer o israelita, identificam com facilidade o ponto de partida da História de Israel e da Palestina modernas. É sempre o primeiro contacto com a Europa. Questionar este paradigma talvez ajude a obter pontos de partida alternativos para a nossa história.

Nem o termo «moderno» é agora incondicionalmente aceite como uma «realidade» nem a «modernização» é ainda um conceito universalmente com-

preendido. Por consequência, uma discussão da questão dos inícios, de onde e quando se enceta a viagem de regresso ao passado «moderno» da Palestina e de Israel, não constitui uma mera discussão de periodização. Qualquer tentativa de o fazer levanta questões complexas e inter-relacionadas, que vão da definição de modernidade ao papel da ideologia nacional na escrita da História. Embora esta introdução não seja o lugar apropriado para uma discussão aprofundada destes problemas, eles são demasiado importantes para serem postos de lado. As reconstruções historiográficas são profundamente afectadas pelas definições de «modernidade», «progresso» e «nacionalismo» pelos historiadores, especialmente no que diz respeito à História das sociedades da Ásia e da África.

Embora os debates recentes sobre a História, a modernidade e o nacionalismo tenham de ser tomados em consideração em qualquer introdução a um assunto tão intrincado como a História da Palestina e de Israel, eu optei por um tratamento indirecto. Consiste em apresentar um resumo de como habitualmente começam as Histórias modernas quer de Israel quer da Palestina. O meu objectivo não é demonstrar que a abordagem teórica é «errada» ou «correcta», mas que expõe apenas uma parte, embora significativa, da realidade histórica. Existe um grande número de livros sobre a região por motivo do grande destaque que lhe é dado nos meios de comunicação mundiais, mas as narrativas são similares devido ao domínio da teoria da modernização nos estudos sobre o Médio Oriente. Esta introdução tenta explicar por que razão, apesar dos muitos contributos académicos e de popularização, existe ainda lugar para um novo relato da História moderna da região que difere da versão comum.

### *O surgimento da Palestina moderna — a versão comum*

Na narrativa comum, a historiografia da Palestina inicia-se com a incursão do exército de Napoleão na Palestina e Síria no final do século XVIII. Mas a sua estadia foi demasiado curta para ser considerada uma «influência». O papel de modernização da Palestina coube ao governante egípcio Muhammad Ali, que dominou a Palestina entre 1831 e 1840. Muhammad Ali era um general ao serviço do sultão otomano e subira a pulso, à custa de intrigas e coligações, tornando-se governante do Egipto no início do século XIX. A sua ambição estendia-se para além do Nilo, incluindo até possivelmente o derrube do sultão. Como parte da tentativa de alargar o seu poder na zona, anexou a Palestina e a Síria.

Foi o filho de Muhammad Ali, Ibrahim Pasha, que se tornou o mais notável modernizador da Palestina. Governando as terras em nome do pai, introduziu reformas agrícolas, um sistema centralizado de impostos, estradas mais seguras

e um sistema constitucional que dava justa representação à elite local (pela primeira vez na história do Império Otomano, os novos organismos representativos incluíam cristãos e judeus) (1).

O sistema antigo foi restaurado quando, com o auxílio dos Estados europeus, os reformadores otomanos da Palestina derrotaram e substituíram Ibrahim. Os europeus reintroduziram o *status quo ante* na Palestina, mas criaram condições para que a modernização prosseguisse plenamente. Ela iniciou-se, segundo a maior parte dos modelos sugeridos pelos modernizacionistas, com a tecnologia e a economia. Mais reformas estruturais vindas da Europa foram aplicadas, primeiro na capital, Istambul, em seguida nas principais províncias e finalmente nas áreas marginais. Os reformadores otomanos, activos desde a década de 30 do século XIX até pelo menos 1876, criaram novas realidades sociais e políticas na Palestina. As reformas, conhecidas pelo nome de Tanzimat, foram principalmente um esforço de centralização e reorganização com o objectivo de manter um império que ameaçava desintegrar-se sob a pressão de governantes locais ambiciosos, movimentos nacionais embrionários e imperialistas europeus gananciosos. Na Palestina, a sua aplicação iniciou-se na década de 40. Os agentes da mudança na Palestina foram, pois, os governadores reformistas de Beirute e Damasco, as duas capitais regionais, que partilhavam o poder entre si. Outros agentes de modernização foram os cônsules europeus, que se encontravam ali desde os finais da década de 30, e os homens de negócios e banqueiros europeus que começaram a chegar na sequência da Guerra da Crimeia (1853-1856). Dum ponto de vista modernizacionista, esta guerra constituiu um acontecimento catalítico, facilitando e acelerando o processo de mudança. O Tanzimat significou o declínio do poder otomano na Palestina e o aumento do interesse europeu na região. O resultado foi uma integração económica com a Europa e uma maior interferência por parte dos cônsules europeus tanto nos assuntos locais como na política central.

A consequência mais importante da integração com a Europa, dum ponto de vista modernizacionista, foi o aparecimento duma sociedade nacional e secular na Palestina. Tal só foi possível após uma mudança fundamental na relação entre a maioria muçulmana da Palestina e a sua minoria cristã. Sob a pressão da Europa, exacerbada pela dependência dos otomanos do auxílio britânico e francês durante a Guerra da Crimeia e, posteriormente, face à continuada ameaça da Rússia, os sultões prometeram melhorar o estatuto dos seus súbditos cristãos. Esta promessa foi cumprida até certo ponto através da criação de uma base para a secularização da sociedade e, coincidentemente, de uma base comum para o futuro nacionalismo árabe.

No ponto em que aparece o nacionalismo, a narrativa comum está alinhada com as teorias de modernização, segundo as quais o nacionalismo é o penúl-

timo estágio no processo de se tornar «moderno» e surge na sequência da importação de tecnologia e saber militar ocidentais e da imitação de estruturas administrativas e instituições ocidentais. Afirmar-se que este estágio ocorre somente quando uma sociedade está suficientemente «madura» para ser transformada conceptualmente com o auxílio da ideologia e filosofia moral política ocidentais (2). Um grupo muito particular de pessoas contribuiu para a entrada da Palestina nesta fase de transformação perceptual: os missionários americanos que ensinavam em escolas fundadas na segunda metade do século XIX. Através destas escolas, os futuros líderes do nacionalismo palestino familiarizaram-se com os conceitos de nacionalismo, democracia e liberalismo. Ao princípio somente os cristãos se mostraram interessados por esta educação secular, mas com a admissão de muçulmanos estas escolas transformaram-se nos colégios particulares por excelência da elite.

Enquanto os governantes egípcios, reformadores otomanos e cônsules, conselheiros e banqueiros europeus traziam a mensagem da Europa à elite local na Palestina e na Síria, verificava-se simultaneamente uma reacção por parte dos guardiões das velhas tradições. Estas forças «reaccionárias» impediam a finalização do processo. Como em todas as outras partes do Médio Oriente, a Palestina estava imobilizada naquilo a que os modernizacionistas chamam um período «de transição», entre a tradição e a modernidade. Tal significava que somente certas partes da elite estavam modernizadas e que a maior parte da terra era ainda «primitiva». Esta situação teria continuado a verificar-se não fosse a chegada à Palestina em 1882 de novos agentes de modernização, os primeiros sionistas. O sionismo era um fenómeno europeu, e por conseguinte, de um ponto de vista modernizacionista, a sua influência na Palestina integrava-se na ocidentalização. O sionismo adquiriu o poder e a motivação para a mudança previamente atribuídos ao colonialismo.

O Mandato britânico após a Primeira Guerra Mundial consolidou a influência europeia na Palestina e foi o último factor de modernização na narrativa da Palestina pré-1948. Foi devido à sua presença e políticas, por um lado, e aos planos e ambições sionistas, por outro, que a comunidade árabe da Palestina se agrupou sob uma liderança tradicional encabeçada por Amin al-Husayni e se transformou num novo movimento nacional palestino. De facto, na encruzilhada de 1918, a maior parte dos livros de História diverge e divide a História da região em duas partes distintas, palestina e sionista. Quanto ao período pós-1948, duvido que mais do que um punhado de livros aborde as duas histórias nacionais como um só assunto, excepto no contexto específico do conflito israelo-árabe.

A narrativa apresenta pois uma história linear da modernização da Palestina, desde uma era primitiva até uma era moderna. Na narrativa sionista, o

sionismo faz parte desse progresso, e na palestina o nacionalismo palestino é a mensagem e o resultado da modernidade. O conflito é visto quase como o produto, inevitável mas temporário e dispensável, destas duas consequências opostas da modernização, a ser resolvido com a conclusão do processo de modernização.

### *Desconstrução do surgimento da Palestina moderna*

A teoria da modernização pressupõe a existência de um momento detectável na História, neste caso 1799, no qual as sociedades deixam de ser tradicionais e cessam de viver no passado. Nesta perspectiva, a Palestina deixou o passado para trás com o auxílio do Ocidente. Com o toque mágico da Europa, foi exposta às luzes e ao progresso. Como noutros casos de ocidentalização, falta ainda determinar se esta exposição foi uma história de sucesso ou fracasso.

Na perspectiva modernizacionista, os palestinos locais, a sociedade subalterna, não constituem um assunto válido para os historiadores a menos que tenham sido, ou até que sejam, modernizados. Aconteceu que as elites da Palestina conseguiram ocidentalizar-se, sendo essa a razão por que a narrativa da modernização do país é mais a sua história do que a história de um «povo». A elite deixou provas escritas do seu mundo, o que ajudou os historiadores a reconstruírem a história das elites como se fosse a história da Palestina. Por outras palavras, a história convencional da Palestina e de Israel é uma história extrapolada do arquivo político.

Mas as elites locais não são as heroínas do drama da modernização; o seu papel é secundário. Os principais actores são os estrangeiros que facilitaram a fusão entre o Ocidente e a Palestina. Estes facilitadores externos são referidos na literatura da modernização como «agentes». Como já vimos, vários agentes de modernização entraram na Palestina após a breve invasão de Bonaparte em 1799. Aos olhos dos historiadores convencionais, todos estes agentes tiveram uma coisa em comum: conseguiram transformar a Palestina, deixando-a irreconhecível. Por conseguinte, na sua opinião, a história da Palestina moderna é simultaneamente eurocêntrica e altamente dramática.

Seria natural supor, na fase actual, que a historiografia israelita subscreve a narrativa modernizacionista e que a historiografia palestina a põe em causa. A versão israelita (e, antes dela, a sionista) dos acontecimentos passados adopta e faz-se eco daquilo a que eu chamo «versão comum». A auto-imagem de Israel como uma entidade ocidental no meio de um deserto árabe e a sua percepção dos palestinos como o «Outro» alimentam esta visão. Mas o actual estado das coisas não é assim tão simples.

À primeira vista, a versão nacionalista palestina poderia ser encarada como uma alternativa à perspectiva eurocêntrica ou colonialista. Pelo contrário, todavia, o surgimento do nacionalismo na Palestina é uma parte integrante da história da ocidentalização. Um efeito secundário da modernização é a nacionalização das sociedades locais tradicionais. Está escrito na história da modernização que uma sociedade será nacionalizada sob a influência do modernizador ocidental, para acabar por se rebelar contra o modernizador em nome de ideias ocidentais tais como o direito à independência e à liberdade.

Por consequência, podemos dizer que a mão oculta da narrativa nacional escreveu a história da terra da Palestina/Israel, ou, para ser mais exacto, produziu duas narrativas históricas em conflito, que muito convenientemente se encaixam no paradigma da teoria da modernização. Felizmente para os israelitas, devido à sua identificação mais íntima com o Ocidente, a sua historiografia nacional foi até há pouco tempo mais respeitada como investigação académica, considerada mais fiel à «verdade» do que à ideologia. Os investigadores palestinos tiveram menos sorte. Sem um Estado próprio, faltava-lhes uma infra-estrutura académica apropriada, e, embora os seus trabalhos se subordinassem às mesmas regras científicas que no Ocidente, geralmente eram considerados meros propagandistas. Esta avaliação académica foi recentemente anulada; uma oscilação do pêndulo que deve tanto à política como à transformação ocorrida nas ciências humanas. No entanto, até há muito pouco tempo as histórias da região contavam uma história ou pró-israelita ou pró-palestina. Talvez os historiadores pretendessem ser neutros e objectivos, mas pertenciam a uma das duas partes em conflito ou identificavam-se fortemente com ela.

A escrita historiográfica nacional de ambas as partes tem pressuposto que a história da terra é sinónima da sua história do nacionalismo. Como conceito, o nacionalismo é encarado como abrangendo a vida de toda a gente numa determinada terra; na realidade, é uma história de uns poucos e não da maioria, de homens e não de mulheres, dos ricos e não dos pobres. Nesse sentido, tem sido muito mais do que um mero tomar partido. Tanto a história do movimento nacional palestino como a do sionismo têm sido sinónimas da história da terra da Palestina e Israel. Os historiadores nacionais não diferenciam entre terra e nação; estas são idênticas e tornam-se uma essência no mesmo tempo histórico. A nação, tal como a pátria, é retratada como uma entidade essencialista. Os historiadores nacionalistas não se preocupam com datas de nascimento mas com datas de descobertas. A questão não é quando nasceu uma nação, mas antes quando renasceu. Na formulação tão certa de Homi Bhabha: «As origens das nações, tal como as das narrativas, perdem-se nas brumas míticas do tempo e só compreendem totalmente os seus horizontes na mente.»<sup>(3)</sup>

Assim, as origens das nações e das suas terras somente podem encontrar-se num passado distante ou antigo: um estratagema nacionalista apontado e ridicularizado por Benedict Anderson (4).

### *Escrever a História de uma terra, dois povos*

Ainda mais abrangente, no caso da Palestina e de Israel, é a história do conflito inter-nacional, que se tornou a essência da história da região, a história da Palestina e de Israel. Poderá esta história ser reconstruída de forma diferente? Neste livro tento uma nova abordagem. Espero fazê-lo sem marginalizar a importância do Ocidente, das elites políticas, do nacionalismo e do conflito inter-nacional, e sem ignorar a importância de algumas das principais mudanças registadas por teóricos da modernização. Estes processos incluem desenvolvimentos tais como a industrialização, urbanização, higienização, secularização, centralização e politização daquilo a que chamo sociedades «não ocidentais» que entraram em contacto com o Ocidente (5).

Todos estes factores são incluídos, mas são encarados mais cepticamente do que no passado. Por conseguinte, esta nova abordagem não põe em questão a real ocorrência dos processos acima descritos, mas rejeita a lógica da forma como os modernizacionistas constroem as ligações entre eles. Contra o padrão estrutural e teleológico de mudança e desenvolvimento causado pelo contacto com o Ocidente, um ponto de vista alternativo encontra um processo fragmentado e fracturado de transformação, no qual as sociedades locais se deslocam com igual fervor para «trás» (para o passado) ou para a «frente» (para a Europa) ao longo da linha traçada pela teoria da modernização. O contacto com um «Outro» poderoso é um factor tão negativo quanto positivo. Desestabiliza e polariza a sociedade local antes de o nacionalismo tentar colá-la de novo. A sociedade é transformada e o impacto externo produz exemplos caleidoscópicos e modulares de continuidade e reforma que não foram previstos pela teoria e não seguem qualquer modelo histórico europeu.

Esta abordagem deve muito às lições aprendidas em estudos de caso na Ásia e na África nas décadas de 60 e 70 do século xx. Assim, tanto indutiva como dedutivamente, a visão apriorística do passado recente da Palestina é inevitavelmente mais pós-estruturalista do que antes. Mas, para não desmotivar o leitor com a perspectiva de terminologia pós-modernista, gostaria de acrescentar que esta não foi a razão por que me voltei para a crítica da modernização e do nacionalismo. Interessava-me mais a forma como uma nova abordagem introduz na cena histórica actores que se encontravam ausentes ou totalmente marginalizados nas abordagens modernizacionistas. Tentando tal

abordagem, este livro defende a tese de que a história destes actores não é menos a história do lugar do que a história do nacionalismo, do conflito, das elites ou da ocidentalização.

Nesta história «des-modernizada», um novo actor principal é a sociedade subalterna, uma expressão que se refere aos grupos que, em regra, vivem fora do âmbito da política e do poder e estão dispostos a confiar no Estado e nas elites nalguns aspectos da vida, mas não em todos. A narrativa é clara; tem o seu início numa sociedade na Palestina o mais afastada possível da política na fase final do período otomano e termina com a sua situação na realidade pós-Oslo da década de 90 do século xx. Entre estas datas, é invadida, seduzida e modelada pelas elites, pela política, ideologia, nacionalismo, colonialismo e sionismo. Novos factores, tais como os meios de comunicação de massas e a educação estatal, vão aparecendo com o tempo, complicando ainda mais a interação.

Esta sociedade aparece de passagem em livros que subscrevem a teoria da modernização, onde é apresentada como as «massas»: peões, antes passivos a serem julgados pela sua obediência a uma ou outra política ou decisão elitistas. Neste livro são-lhes atribuídas uma identidade e padrão de comportamento muito diferentes. Não são uma massa de pessoas. Estão agrupados de acordo com a sua escolha em pequenas unidades sociais, habitualmente lares. Mas, com a passagem do tempo, preferem definir-se através da etnia, sexo, ocupação, classe ou cultura. Mudam por vontade própria, mas por vezes são forçados a fazê-lo, nem sempre para seu benefício. O seu mundo é uma mistura de necessidade material e de alívio espiritual. Muitos deles estão intimamente ligados à terra onde vivem ou escolheram instalar-se. Agarram-se à terra ou à sua propriedade não por um imperativo nacional de proteger a pátria, a entidade, mas por razões muito mais triviais e, simultaneamente, mais humanas.

Estes actores locais tanto são líderes como membros vulgares da comunidade. São as mulheres e crianças da Palestina, camponeses e operários, habitantes das cidades e agricultores. Definem-se de acordo com as suas origens religiosas ou étnicas como arménios, drusos, circassianos, ou judeus mizrahi ou ashkenazi, bem como segundo os seus pontos de vista relativamente à religião, quer sejam seculares, ortodoxos ou fundamentalistas. Ao escrever sobre eles, as definições exigem um equilíbrio entre o que eles próprios afirmam e a compreensão por parte do autor daquilo que os torna um grupo. Alimentar a família, permanecer na terra que é da família ou tentar construir uma nova vida em solo estrangeiro podem ser interpretados como patriotismo ou nacionalismo: para a maior parte das pessoas são actos existencialistas e de sobrevivência.

O segundo novo actor é o passado, manifestado sob a forma da tradição e religião. Segundo a história moderna convencional, o passado é um obstáculo

ao progresso trazido pelo Ocidente à Palestina. A sua presença é a melhor explicação da razão pela qual algumas partes da Palestina e de Israel não completaram ainda o processo de modernização. Este passado intrusivo e negativo está amplamente presente na Palestina ou entre os palestinianos, mas menos em Israel. Em Israel, é uma característica de vida entre os judeus dos países árabes mas não dos países ocidentais. É um factor mais forte entre as mulheres do que entre os homens, entre os camponeses do que entre os proprietários agrícolas, entre os trabalhadores do que entre os patrões. Na perspectiva convencional, a história da Palestina moderna e Israel é a história do desaparecimento deste passado de todos os grupos desfavorecidos que aguardam um futuro melhor. Pessimistas como o falecido Elie Kedourie acreditavam que para muitos esse futuro era inatingível; optimistas tais como o falecido Albert Hourani afirmavam que era apenas uma questão de tempo. Mas toda uma geração de historiadores da Palestina e de Israel partiram do princípio de que o passado, representado pela tradição, religião e costumes, tinha de desaparecer para ceder o lugar ao surgimento de uma Palestina ou Israel modernos e desenvolvidos.

Neste trabalho, pretendo reintroduzir o passado e demonstrar que foi e é ainda um factor vital nas vidas dos povos de Israel e da Palestina. O passado nem sempre é regressivo, assim como o presente nem sempre é progressivo. Na Palestina, como noutros lugares do Médio Oriente, o passado continha padrões de comportamento igualitários que se perderam no presente. O encontro com o Ocidente também nem sempre melhorou o estatuto da mulher ou limitou invariavelmente o poder do clã. Pelo contrário, o passado demonstrou ser adaptável e flexível, permanecendo as relações básicas dentro da sociedade imutáveis, apesar das drásticas mudanças trazidas pelo colonialismo, o sionismo e mais tarde o nacionalismo palestiniano.

É por essa razão que, nesta história da Palestina e de Israel, a secularização não é descrita como uma consequência inevitável do encontro com o Ocidente. A religião é apresentada aqui como elástica, adaptando-se com êxito a um mundo em mudança tecnológica e até política. A tradição não aparece como o último obstáculo a vencer para uma sociedade se tornar «moderna», mas antes como um mecanismo de adaptação e de defesa dos que se viram apanhados no turbilhão de uma realidade em mudança. A religião e a tradição tornaram-se — permaneceram — forças formidáveis que afectam a política, a sociedade e a cultura.

Quando o passado desempenha um tal papel, afecta igualmente a nossa compreensão da mudança. A mudança neste livro não é linear e decididamente não é harmoniosa. Por vezes o encontro com o Ocidente reforçou tipos tradicionais de comportamento e noutras ocasiões destruiu-os. Para alguns a mu-

dança foi rápida, para outros moderada e para os restantes quase não existente. Talvez até mesmo «mudança», mas decididamente «continuidade», sejam termos que devêssemos repensar. A crítica pós-colonialista e estudos sobre os sectores subalternos da sociedade, que buscam formas alternativas de reconstruir o passado dos colonizados e dos nativos, sugeriram já uma reavaliação. Rejeitam a descrição «peões do passado» e não encaram a ocidentalização como inevitável ou positiva. Procuram uma nova forma de descrever os actores locais na história da Ásia e da África como seres humanos que, cautelosa e dolorosamente, abriram caminho num mundo que lhes pertencera antes de ser invadido por outros.

Nas historiografias nacionais, o passado é geralmente romantizado. O passado que o nacionalismo tenta trazer de volta à história é um passado distante e magnífico, reinventado por movimentos nacionais como o berço ou dealbar da sua existência, para reclamar o seu domínio sobre o presente. Tentei dissociar-me desse tipo de reconstrução histórica, em primeiro lugar dando à zona um nome binacional e em segundo lugar não me referindo a um passado obscuro e esplêndido. O passado «antigo», tão importante para os movimentos nacionais, parece-me irrelevante para a maioria das pessoas. Prefiro começar pelo passado humano mais recente, relevante, «normal», não pela versão privilegiada quer pela história palestiniana quer pela israelita. A nação também não é aqui descrita como o seria numa crónica nacionalista, como algo eterno. É uma invenção humana, que apareceu há relativamente pouco tempo com objectivos específicos e beneficiou alguns mas destruiu outros. Acima de tudo, nunca foi a essência da vida que imaginou, e ainda imagina, ser. A vida não é menos determinada por factores físicos, como por exemplo o clima, os gafanhotos, a economia e a tradição, do que pelo nacionalismo.

A maior parte das histórias da Palestina e de Israel são histórias do conflito. Mas a vida na Palestina e em Israel não é determinada unicamente pelo conflito. Neste livro, ao tratar Israel e a Palestina como um só assunto, tenho de incluir uma análise do conflito, mas, ao propor uma só história, recuso também encarar o conflito como a essência da vida na terra da Palestina. Compreendo que o subtítulo do livro possa fazer erguer algumas sobrancelhas. Mas os leitores familiarizados com a região concordarão que o povo que aqui vive usa os dois nomes com a mesma convicção e emoção. A história que apresento aqui é a de uma terra que se tornou Israel e Palestina, e a minha tarefa consiste em examinar as implicações para as pessoas desta terra com dois nomes.

Nomear a terra foi um acto político na Palestina otomana do final do século XIX. Anteriormente não houvera qualquer disputa quanto a um nome, e fosse qual o nome dado à terra pelos seus governantes, população ou visitantes, aparentemente era aceite como uma das muitas opções utilizadas para fins



religiosos ou administrativos. O que a terra se chamava não desempenhava um papel importante nas vidas dos que nela viviam <sup>(6)</sup>. Foi somente com a chegada do sionismo e do colonialismo europeu, por um lado, e o surgimento do nacionalismo palestino, por outro, que o nome assumiu importância e significado. Em vez de simplesmente descrever uma área, o nome acabou por representar uma reivindicação dela. E assim, desde o final do século XIX, diferentes grupos de pessoas em diferentes momentos históricos, quando tinham a vontade e o poder de o fazer, nomearam a terra num acto de força com o objectivo de criar uma nova realidade. Tal é o poder do nacionalismo. Ao «bi-nacionalizar» a história e até mesmo «des-nacionalizá-la», espero neste livro conseguir atenuar o forte domínio que o nacionalismo exerce na historiografia.

Além disso, os títulos ou nomes de lugares não são os únicos elementos componentes duma historiografia nacionalista. Como autor que vive na região, estou bem consciente da dificuldade de reconstruir a história fora da cultura e mitos nacionais de cada um. Embora o historiador possa desejar escrever uma história distanciada e neutra, as suas empatias e filiações mantêm-se. O leitor deste livro encontrará exemplos e descrições que se coadunam com muitas das asserções de uma narrativa nacional, a palestina, mas menos da israelita. Tal não se deve ao facto de o escritor ser palestino: não o sou. A minha inclinação é evidente, apesar do desejo dos meus pares de que eu me cinja aos factos e à «verdade» na reconstrução de realidades passadas. Considero tal construção vã e presunçosa. Este livro é escrito por alguém que admite ter compaixão pelo colonizado e não pelo colonizador; cujas simpatias vão para o ocupado e não para o ocupante; e que se põe ao lado dos trabalhadores e não dos patrões. Apieda-se das mulheres em sofrimento e tem pouca admiração pelos homens em posições de comando. Não pode manter-se indiferente perante crianças maltratadas ou abster-se de condenar os mais velhos. Em suma, a minha abordagem é subjectiva, frequentemente, mas nem sempre, alinhando com os vencidos contra os vitoriosos. Na maior parte das conjunturas desta história, os palestinos encontravam-se na posição inferior e os sionistas e mais tarde os israelitas estavam em vantagem. Este livro não é uma historiografia nacional palestina, mas tenta mostrar, na maior parte das conjunturas, a força, destruição, coacção, abuso e outros meios de poder usados por palestinos sobre palestinos, por israelitas sobre israelitas, ou conjuntamente por palestinos e israelitas sobre outros palestinos e israelitas. Como já foi mencionado, este livro parte do princípio de que a identidade nacional foi e é somente um dos muitos factores que determinam as inter-relações entre o povo e a terra. Considera a identidade nacional como reducionista, ignorante de factores, tais como o estatuto social, sexo, situação política e distribuição de meios económicos e tecnológicos, que afectam a vida humana na Palestina e

em Israel. Por consequência, o passado aparece nesta história também como um instrumento coercivo empregado pelos movimentos nacionais para manipular as pessoas. Como tal, encontra-se nas mãos de uns poucos que pretendem que os seus próprios actos egoístas pareçam praticados apenas para benefício dos coagidos <sup>(7)</sup>.

Em resumo, sugiro que a história da Palestina moderna/Israel deveria ser simultaneamente uma história da sua sociedade subalterna e dos seus grupos de elite; dos que pretendem a mudança e dos que estão contentes com o que têm; e de dinâmicas de mudança tanto externas como internas. Esta história procura combinar as narrativas dos exploradores com as dos explorados, as dos invasores com as dos invadidos e as dos opressores com as dos oprimidos. O seu assunto é o povo da Palestina e de Israel e os seus pontos de partida de padrões de vida conhecidos; pontos de partida colectivamente referidos como o início da história moderna da terra da Palestina e de Israel. Tal significa que não posso escolher um ponto de partida específico. De facto, o segundo capítulo deste livro propõe vários inícios, que representam mudanças significativas nas vidas das pessoas provocadas por processos colossais tais como a desintegração de impérios, o nacionalismo, o colonialismo, o capitalismo. Em vez de se obscurecerem uns aos outros, estes diferentes inícios iluminam as possibilidades abertas à investigação histórica, bem como o arbítrio concedido ao historiador como expositor da história de uma terra. Como cada um destes inícios representa um grupo de pessoas, o livro tenta manter-se fiel às suas crónicas procurando evitar uma história que se torne um estudo de caso quer da modernização quer do nacionalismo.

Contudo, ao avançarmos para o período do Mandato britânico e a era pós-1948, descobrimos que a política e o nacionalismo são autorizados a tornar-se aquilo que não podem verdadeiramente ser — a essência da vida. Isso foi particularmente verdadeiro para o período de 1948-1967. A política invadiu todos os escalões da sociedade, perseguindo os que pretendiam ignorá-la e capturando até mesmo os espíritos livres dos poetas e romancistas, que eram agora recrutados para o nacionalismo, a ideologia do momento.

Deixando para trás 1948, o livro concentra-se na forma como os diferentes grupos que constituíam a sociedade em Israel e na Palestina reagiram à alta política. Cada acontecimento iniciado ou produzido pelas elites, seja uma guerra seja um acordo de paz, é descrito e examinado tendo em conta a afirmação geralmente feita em relação a ele de que é um acontecimento humano abrangente. Veremos que as guerras não afectaram toda a população nem o seu impacto foi igual sobre todas as pessoas. O mesmo se poderia dizer a propósito dos acordos de paz. Eram muitas vezes as políticas económicas e sociais que desempenhavam um papel crucial nas vidas dos que viviam na terra.

A maré ideológica somente começa a vazar já perto do final, com o surgimento de «mini-sociedades» por toda a terra de Israel/Palestina que puseram em questão o nacionalismo em nome da etnia, do género e dos direitos humanos, para serem mais uma vez cruelmente arrastadas pela enxurrada da política e da ideologia nacional no final de 2000.

## Fim de século (1856-1900): tranquilidade social e drama político

### *A paisagem rural e os seus habitantes*

Nas vésperas da Guerra da Crimeia, cerca de meio milhão de pessoas viviam na terra da Palestina <sup>(1)</sup>. Eram de língua árabe. A maioria eram muçulmanos, mas cerca de 60 000 eram cristãos de várias denominações e cerca de 20 000 eram judeus. Além disso, tinham de tolerar a presença de 50 000 soldados e funcionários otomanos, assim como de 10 000 europeus. A sua vida administrativa girava em volta da *sanjaq*, a subprovíncia otomana, sendo três as da Palestina otomana: Nablus, Acre e Jerusalém. Em certa medida, estas divisões administrativas correspondiam à topografia. A Palestina tinha quatro regiões montanhosas: as montanhas de Jerusalém, as montanhas de Nablus e duas outras áreas: Hebron, no distrito de Jerusalém, e a Galileia, na subprovíncia de Acre. Cada área geográfica e administrativa tinha uma cidade importante como capital, de modo que algumas das cidades palestinianas mais famosas eram focos de vida social e cultural. Acre, Jerusalém, Hebron e Nablus contavam-se entre estas cidades importantes, assim como as cidades costeiras mais pequenas de Haifa, Jaffa e Gaza.

Fora das actividades oficiais da *sanjaq*, as pessoas levavam uma vida pastoral autónoma, com uma relativa homogeneidade de estilo e objectivos. Cerca de 400 000 pessoas habitavam nas zonas rurais, em pequenas aldeias espalhadas principalmente nas encostas das montanhas ou à entrada dos pequenos vales entre elas <sup>(2)</sup>. Os visitantes eram raros, embora não desconhecidos. Intrusos e ladrões também eram pouco frequentes, mas o facto de serem parte integrante da vida era reconhecido pelas autoridades, que autorizavam os homens das aldeias a possuírem armas. Como seria de esperar, estas armas eram por vezes utilizadas contra cobradores de impostos gananciosos ou soldados otomanos que aparecessem sem serem convidados.